

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.949 - RJ (2019/0074564-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : SABINO FERREIRA DE FARIAS NETO
ADVOGADOS : PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO - RJ020200
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO FILHO E OUTRO(S) -
RJ109242
CARLOS AUGUSTO GUILHERMINO VEIGA - RJ153390
AGRAVADO : VERA LUCIA AGUIAR SIMOES
ADVOGADO : ROGÉRIO ANTUNES RAYOL - RJ058827

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DA PREJUDICIALIDADE DAS INSTÂNCIAS QUE OBSTA A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CIVIL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SABINO FERREIRA DE FARIAS NETO de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj fls. 97):

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. O PEDIDO INDENIZATÓRIO DECORRE DE EVENTO OCORRIDO NO INTERIOR DE DELEGACIA POLICIAL QUANTO O FILHO DA AGRAVADA, ALI DETIDO, VEIO A FALECEER APÓS SER MEDICADO PELO AGRAVANTE. OS FATOS SÃO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO PARA APURAÇÃO DA CAUSA DO ÓBITO E EVENTUAL AUTORIA, DE ONDE SE EVIDENCIA A EXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE ENTRE OS FATOS APURADOS NAS ESFERAS CÍVEL E PENAL. APLICABILIDADE DO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO REFERIDO NO ARTIGO 200,

Superior Tribunal de Justiça

DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ANTE A PREJUDICIALIDADE DOS FATOS APURADOS NOS JUÍZOS CÍVEL E PENAL. O ARTIGO 91, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL, EXPRESSA QUE UM DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO É TORNAR CERTA A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR O DANO CAUSADO PELO CRIME E O ARTIGO 935, APONTA QUE, EMBORA A RESPONSABILIDADE CIVIL SEJA INDEPENDENTE DA CRIMINAL, NÃO SE PODE QUESTIONAR MAIS SOBRE A EXISTÊNCIA DO FATO, OU SOBRE QUEM SEJA O SEU AUTOR, QUANDO ESTAS QUESTÕES SE ACHAREM DECIDIDAS NO JUÍZO CRIMINAL. PRECEDEN TES DESTE TRIBUNAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte alega violação aos artigos 200 e 206, §3º, V, do Código Civil.

Sem contrarrazões (e-stj fls. 141).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 143/146), o que ensejou a interposição do presente recurso.

No agravo a parte conseguiu infirmar as razões da inadmissão do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº3/STJ.

Sustenta-se, nas razões recursais, a prescrição da pretensão de reparação civil pela ora recorrida, *"uma vez que a demanda foi proposita passados mais de cinco anos e seis meses do evento que supostamente causou os danos descritos na inicial, atraindo a aplicação da prescrição trienal"* (e-stj fl. 109).

Alega que a *"mera existência da ação penal na qual se apura eventual responsabilidade do réu/recorrente pela morte de Ryan Gracie, filho da autora/recorrida, em nada influencia a aplicação do artigo 200 do Código Civil diante da ausência de prejudicialidade entre as esferas"* (e-stj fl. 111).

Esclarece que *"a apuração no âmbito criminal não era prejudicial à*

Superior Tribunal de Justiça

pretensão ressarcitória". Que "não basta que a conduta supostamente ilícita praticada pelo réu esteja 'sendo apurada no juízo criminal', mas sim, que a matéria discutida no juízo criminal torne impossível o exercício da pretensão ressarcitória civil".

Afirma que "no caso concreto, tanto é possível o exercício da pretensão ressarcitória, que a autora/recorrida propôs a presente demanda muito antes de terminada a ação penal", e que a "própria autora/recorrida afirma não haver dúvidas sobre a autoria e materialidade dos fatos que, supostamente, indicariam a responsabilidade do ora recorrente pelos eventos narrados" (e-stj fls. 113/114).

O Tribunal de origem, nesse contexto, entendeu que "o pedido indenizatório decorreu de evento ocorrido no interior de delegacia policial quando o filho da agravada, ali detido, veio a falecer após ser medicado pelo agravante. Os fatos são objeto de investigação para apuração da causa do óbito e eventual autoria, de onde se evidencia a existência de prejudicialidade entre os fatos apurados nas esferas cível e penal", concluindo que "não há de falar em prescrição antes do trânsito em julgado da sentença penal". Senão, vejamos (e-stj fl. 97/99):

Em que pese a irrisignação do Agravante, o marco interruptivo da prescrição referido no artigo 200, do Código de Processo Civil, pressupõe a existência de prejudicialidade entre os fatos apurados nas esferas cível e penal, in verbis:

ART. 200. QUANDO A AÇÃO SE ORIGINAR DE FATO QUE DEVA SER APURADO NO JUÍZO CRIMINAL, NÃO CORRERÁ A PRESCRIÇÃO ANTES DA RESPECTIVA SENTENÇA DEFINITIVA.

Assim sendo, o prazo prescricional nas ações cíveis, não transcorre quanto a conduta, supostamente, ilícita praticada pelo Réu, estiver sendo apurado no juízo criminal.

No presente caso, o pedido indenizatório decorre de evento ocorrido no interior de delegacia policial quando o filho da Agravada, que estava detido, veio a falecer após ser medicado pelo Agravante, que é especialista no tratamento de dependentes químicos.

Como pode ser observado, os fatos transcorreram dentro de uma delegacia policial, vindo o óbito a ocorrer, após o médico,

Superior Tribunal de Justiça

chamado pela família do custodiado, ter deixado o local, sendo a dinâmica do evento objeto de investigação para apuração de sua causa e eventual responsabilidade, de onde se evidencia a existência de prejudicialidade entre os fatos apurados nas esferas cível e penal.

Destarte, os fatos, apurados na esfera penal, visam aferir a causa da morte e se o Réu teria agido com “com negligência, imprudência e imperícia”, ao ministrar “doses excessivas e letais de remédios” que culminaram na morte do filho da Agravada. Por outro lado, o artigo 935, do Código Civil, expressa que:

ART. 935. A RESPONSABILIDADE CIVIL É INDEPENDENTE DA CRIMINAL, NÃO SE PODENDO QUESTIONAR MAIS SOBRE A EXISTÊNCIA DO FATO, OU SOBRE QUEM SEJA O SEU AUTOR, QUANDO ESTAS QUESTÕES SE ACHAREM DECIDIDAS NO JUÍZO CRIMINAL.

Também, o artigo 91, inciso I, do Código Penal, expressa que um dos efeitos da condenação é tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

No presente caso, repita-se, os fatos apurados no âmbito penal, versam sobre a autoria e a própria materialidade das razões da morte do custodiado, de modo que não assiste razão ao Agravado.

Destarte, baseando-se a pretensão deduzida na inicial da ação indenizatória em fatos a serem apurados também na esfera criminal, onde já houve, inclusive, condenação pelo juízo de primeiro grau, não há de falar em prescrição antes do trânsito em julgado da sentença penal o que corrobora o acerto da decisão monocrática de primeiro grau.

Verifica-se, da leitura do trecho acima transcrito, que o posicionamento do Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que a existência de processo criminal é causa impeditiva da prescrição nos termos do artigo 200 do Código Civil.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o artigo 200 do Código Civil somente será afastado quando verificada a inexistência de relação de prejudicialidade entre as esferas cível e criminal. A finalidade dessa norma é evitar a possibilidade de soluções contraditórias, especialmente quando a solução do processo penal seja determinante para o resultado do processo civil, permitindo-se à vítima aguardar a

solução da ação penal para depois ingressar com a demanda indenizatória na esfera cível.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 130, 333, INCISO II E 420 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. TRATAMENTO INEFICAZ. PSORÍASE. FALSA PROMESSA DE CURA. DOENÇA CRÔNICA. CONDENAÇÃO DO RÉU. ESFERAS ADMINISTRATIVA E PENAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. NÃO OCORRÊNCIA. CAUSA IMPEDITIVA DO CURSO DO PRAZO. ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. VERBA INDENIZATÓRIA. RAZOABILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na origem, trata-se de ação indenizatória ajuizada em março de 2010 por consumidor que, no ano de 2001, teria sido submetido, por médico não habilitado para tanto, a tratamento de psoríase que se revelou completamente ineficaz.

3. Acórdão recorrido que, diante da demonstração de que na data do ajuizamento da ação ainda estavam em curso ações de natureza penal e ético-profissional promovidas em desfavor do recorrente pelos mesmos atos ilícitos descritos na inicial, refutou a preliminar de prescrição da pretensão indenizatória autoral e impôs ao vencido o dever de indenizar o consumidor lesado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de compensação por danos morais.

4. Recurso especial interposto pelo médico réu objetivando que seja reconhecida a prescrição, afastado o dever de indenizar ou, alternativamente, reduzido o montante indenizatório.

5. O art. 200 do Código Civil dispõe que, em se tratando pretensão indenizatória fundada na responsabilidade civil por fato que deva ser apurado no juízo criminal, não corre a prescrição antes do advento da respectiva sentença penal definitiva. Precedentes.

6. Desde que haja a efetiva instauração do inquérito penal ou da ação penal, o lesado pode optar por ajuizar a ação reparatória cível antecipadamente, ante o princípio da independência das instâncias (art. 935 do CC/2002), ou por aguardar a resolução da questão no âmbito criminal, hipótese em que o início do prazo prescricional é postergado, nos

Superior Tribunal de Justiça

termos do art. 200 do CC/2002. Precedentes.

7. No caso, os fatos narrados na inicial ocorreram no ano de 2001, mas foram objeto de ação penal que teve início em 2003 e foi concluída apenas em 2013, não havendo falar em prescrição. A ação indenizatória em tela foi ajuizada em março de 2010, antes, portanto, de transitada em julgado a sentença penal que condenou o recorrente pela prática dos crimes previstos nos arts. 171 e 273, § 1º-B, inciso II, do Código Penal.

8. As conclusões da Corte de origem e do juízo de primeiro grau - acerca da existência do dever do médico recorrente indenizar danos morais causados a paciente (o autor da demanda) por submetê-lo, sem habilitação profissional para tanto, a tratamento médico ineficaz oferecido como sendo meio hábil para a cura de doença crônica incurável (psoríase) -, resultaram do aprofundado exame de todo o acervo fático probatório carreado aos autos e, por isso, não podem ser objeto de revisão na via especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.

9. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso.

10. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1798127/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 05/04/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA VÍTIMA. LEGITIMIDADE PASSIVA PARA A CAUSA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. A existência de processo criminal, no qual se apura a responsabilidade do motorista da empresa ré pelo acidente, faz incidir a causa impeditiva da prescrição prevista no art. 200 do Código Civil. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 580.397/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL. APLICABILIDADE. RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECONHECIMENTO DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ART. 932, III, DO CC. INCIDÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, a incidência do artigo 200 do Código Civil pressupõe a existência de relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal. A prescrição da pretensão indenizatória não corre quando a conduta ilícita supostamente perpetrada pela parte ré se originar de fato a ser apurado também no juízo criminal, sendo fundamental, para tanto, a existência de ação penal em curso ou ao menos inquérito policial em trâmite. (...)

5. Agravo interno não provido.

(AgRg no REsp 1567594/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 15/03/2017)

Ademais, o Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas, e embasado nas provas carreadas aos autos, reconheceu a existência de relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal, asseverando que a pretensão deduzida na inicial da ação indenizatória está calcada em "*fatos a serem apurados também na esfera criminal*", já que "*versam sobre a autoria e a própria materialidade das razões da morte do custodiado*".

Assim, elidir as conclusões do acórdão impugnado, mormente para acatar a tese recursal de que não cabe a suspensão do prazo prescricional, pois a reparação civil não dependia da apuração do fato no âmbito criminal, demandaria necessariamente o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Por fim, a análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude a aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, a pretensão recursal não merece prosperar.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Por conseguinte, *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (AgInt no Resp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º, ambos do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator